

Dispersão da cidade e os espaços residenciais fechados: o processo de aglomeração urbana entre Presidente Prudente/SP e Álvares Machado/SP

Dispersion of the city and the gated communities: the process of urban agglomeration between Presidente Prudente/SP and Álvares Machado/SP

Laércio Yudi Watanabe Silva

Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, Brasil

laercio.yudi@unesp.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8198-4440>

RESUMO

Nas cidades médias brasileiras haveria, pelo menos, dois tipos de espraiamento do tecido urbano: um deles é atinente a escala da própria cidade, enquanto o segundo compreende aglomerações urbanas polarizadas por cidades médias. Este segundo, chamando de dispersão da Cidade, pode ser observado na aglomeração urbana formada entre Presidente Prudente e Álvares Machado. A expansão territorial de cada núcleo urbano acirrou as relações e interações entre os municípios, tanto do ponto de vista físico-territorial quanto em relação aos deslocamentos pendulares. O âmbito de vida ou o espaço de vivência cotidiana dos cidadãos passa, cada vez mais, a se efetivar nessa escala mais alargada. Na aglomeração investigada, os espaços residenciais fechados de alto padrão vêm se constituindo, mais recentemente, como um importante vetor de intensificação dos fluxos e das interações intermunicipais, sobretudo ao longo de importantes vias que alcançam ambos os municípios, como as rodovias Raposo Tavares e Arthur Boigues Filho. Ao final, novas questões são apresentadas como o objetivo de contribuir para futuras investigações concernentes a possível relação existente entre os espaços residenciais fechados e o processo de aglomeração urbana.

Palavras-chave: Dispersão da Cidade, Aglomeração Urbana, Espaços Residenciais Fechados, Cidades Médias, Presidente Prudente/SP.

ABSTRACT

In Brazilian intermediate cities there would be at least two types of spread of the urban fabric: one of them is related to the scale of the city itself, while the second comprises urban agglomerations polarized by intermediate cities. This second, calling the dispersion of the City, can be observed in the urban agglomeration formed between Presidente Prudente and Álvares Machado. The territorial expansion of each urban nucleus intensified the relations and interactions between the municipalities, both from the physical-territorial point of view and in relation to commuting displacements. The scope of life or the space of daily living of the city dwellers is increasingly becoming effective in this broader scale. In the agglomeration investigated, the gated communities of high standard have been constituting, more recently, as an important vector of intensification of flows and intermunicipal interactions, especially along important roads that reach both municipalities, such as the Raposo Tavares and Arthur Boigues Filho highways. In the end, new questions are presented as the objective of contributing to future investigations concerning the possible relationship between closed residential spaces and the process of urban agglomeration.

Keywords: City Dispersion, Urban Agglomeration, Gated Communities, Intermediate City, Presidente Prudente/SP.

1. INTRODUÇÃO

O processo de urbanização passa a adquirir novos contornos, caminhos e conteúdos desde a passagem do modo de produção fordista para o regime de acumulação flexível. Essa passagem se intensifica no último quartel do século XX, trazendo consigo diversas consequências para todas as esferas da vida. Com o urbano e as cidades não foi diferente, ambos foram significativamente impactados, alterando os rumos do processo de urbanização. Em função disso, diversos autores utilizam o termo *reestruturação* para se referirem, inclusive, ao processo de transformações recentes no urbano e nas cidades, utilizando os termos “reestruturação urbana” e “reestruturação das cidades” (SPOSITO; SPOSITO, 2012; SPOSITO, 2007; SANTOS, 2008). A urbanização da sociedade e a urbanização do território (SANTOS, 2009) são processos concomitantes desde o final do século XX, e produzem o que aqui se considera como “fato urbano”.

De acordo com Santos (2008) e Sposito e Sposito (2012), o processo de urbanização intensifica-se no pós-fordismo. Com isso, surgem novas dinâmicas e processos na rede urbana e nas cidades, ao mesmo tempo em que dinâmicas e processos pré-existentes são modificados. A ampliação da dispersão urbana e a intensificação do processo de formação de aglomerações urbanas são duas dinâmicas oriundas da urbanização pós-fordista a serem exploradas neste texto.

A dispersão urbana ocorre de maneira qualitativamente diferente na contemporaneidade, advindo sob a forma de implantação de novos assentamentos urbanos ou novas formas de *habitat* urbano. Sposito (2004), ao discorrer sobre os novos conteúdos nas periferias urbanas de cidades médias no estado do São Paulo, afirma que o aparecimento de novas formas de *habitat* urbano contribui para a contínua extensão territorial urbana, e, dentre esses *habitats*, estão os loteamentos fechados (SPOSITO, 2004) ou os espaços residenciais fechados (SPOSITO; GOES, 2013). Dessa maneira, a proliferação de espaços residenciais fechados¹ é cada vez mais comum no processo de urbanização contemporânea, até mesmo em espaços não-metropolitanos como as cidades médias, como verificaram Sposito e Goes (2013) e Dal Pozzo (2011; 2015). A implantação desses espaços residenciais fechados em municípios vizinhos próximos às cidades médias pode ser um vetor de intensificação do processo de formação de aglomerações urbanas não-metropolitanas, polarizadas por cidades médias. Essa é a hipótese a ser cotejada neste artigo, considerando o recorte empírico adotado.

O contexto territorial empírico é a aglomeração urbana formada pelos municípios de Presidente Prudente/SP e Álvares Machado/SP. A justificativa pela escolha dos municípios é baseada na forte interação entre estes, que pode ser evidenciada pelos fluxos de deslocamentos pendulares intermunicipais e pela contiguidade da mancha urbana entre esses municípios vizinhos, que possuem diferentes papéis e funções na rede urbana.

Dito isso, o objetivo principal do artigo é analisar como a dispersão urbana e a implantação de espaços residenciais fechados, ambos em relação a cada município da aglomeração, podem ter contribuído para acirrar o processo de aglomeração urbana entre Presidente Prudente e Álvares Machado, uma aglomeração não-metropolitana e polarizada por uma cidade média.

Os procedimentos metodológicos adotados para alcançar esse objetivo são: a) levantamento bibliográfico sobre Presidente Prudente e Álvares Machado, reestruturação econômica, urbana e das cidades, aglomeração urbana, dispersão urbana e espaços residenciais fechados; b) leitura, coleta e organização de dados do estudo oficial “Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil” (IBGE, 2016), para evidenciar a alta interação existente entre os municípios; c) coleta e uso de imagens de satélite datadas de diferentes recortes temporais, para análise da contiguidade e evolução da mancha urbana na aglomeração; d) coleta de dados e informações do *Google Earth* e em trabalhos

¹ A escolha pelo termo “espaços residenciais fechados” busca contemplar tanto os empreendimentos erigidos legalmente como loteamentos, regidos pela Lei 6.766/79, quanto aqueles legalmente enquadrados como condomínios, regidos pela Lei 4.491/64, conforme explica Souza (2006). Portanto, os espaços residenciais fechados contemplam as duas modalidades

acadêmicos, para identificar os locais de implantação dos espaços residenciais fechados. Os produtos cartográficos foram elaborados no *software* ArcMap 10.8.

Esse trabalho busca contribuir para o estudo de aglomerações urbanas não-metropolitanas, nesse caso, polarizadas por cidades médias. Comumente, os estudos sobre aglomerações urbanas voltam-se, muito mais, para os contextos territoriais das grandes cidades, as metrópoles. Contudo, o processo de formação de aglomerações urbanas pode ocorrer em todos os tipos urbanos.

A primeira parte deste artigo versa sobre a reestruturação e seus impactos no urbano e nas cidades, é sob esse contexto que os processos de dispersão urbana e formação de aglomerações urbanas são animados. O referencial empírico é tratado na segunda parte, a aglomeração urbana formada entre Presidente Prudente/SP e Álvares Machado/SP. Ao final, na terceira parte do texto, cotejamos o processo de aglomeração urbana sob luz dos espaços residenciais fechados de alto padrão, que, por sua vez, se constitui como um dos vetores de fomento das relações entre ambos os municípios, através da pendularidade intermunicipal dos cidadãos.

2. REESTRUTURAÇÃO E DISPERSÃO DA CIDADE: A ESCALA DA AGLOMERAÇÃO URBANA EM CIDADES MÉDIAS

A reestruturação econômica efetivou-se a partir da mudança do regime de acumulação, que passou do fordismo ao regime de acumulação flexível, este “caracterizado pela força do consumo sobre a produção, da distribuição sobre a troca e da customização dos produtos, diferindo, assim, do período anterior em que predominava a produção estandarizada” (SPOSITO; SPOSITO, 2012, p. 2). Essa mudança surgiu em resposta à crise do fordismo, sendo fundamental para aceleração da rotatividade do capital no tempo, conforme pontua Harvey (1994). Nesse sentido, as inovações e avanços tecnológicos foram fundamentais (SPOSITO; SPOSITO 2012; HARVEY, 1994; MATTOS, 2013) para que essas transformações fossem encaradas sob égide da ideia de reestruturação, entendida como um conjunto complexo que articula mudanças e permanências, não havendo, portanto, o surgimento de dinâmicas inéditas (WHITACKER, 2019; SOJA, 1987; BRENNER, 2013; SANTOS, 2008; SILVA; OLIVEIRA, 2022; SPOSITO, 2007; SPOSITO; SPOSITO, 2012). O sentido adotado para o conceito reestruturação é o mesmo encontrado em Soja (1987).

Com o objetivo de valorizar as mudanças frente as permanências, Santos (1993) faz referência a aceleração contemporânea, de maneira a valorizar a variável temporal, pois as mudanças passaram a se efetivar em tempos cada vez mais curtos, de maneira mais acelerada. De qualquer modo, essas profundas transformações de ordem econômica passaram a impactar, também, o urbano e as cidades. Brenner (2013) discorre sobre a ideia de reescalamento na escala da rede urbana, sendo implicitamente contrário às análises de dinâmicas socioespaciais que contemplem apenas escala da cidade, de maneira a não encetar articulações com outras escalas, isto é, que abranjam a escala da rede urbana.

Todo o conjunto de transformações econômicas, políticas e espaciais (WHITACKER, 2019) iniciadas no último quartel do século XX, impactaram o urbano e as cidades, concorrendo para diversas transformações no processo de urbanização, dentre essas, “o surgimento e crescimento das cidades médias, além da presença de processos como a aglomeração urbana nestes centros” (MIYASAKI; WHITACKER 2005, p. 2). O significativo incremento populacional nos espaços urbanos, sobretudo nos espaços não metropolitanos, provocou intensos processos de dispersão, expansão e espraiamento urbanos.

O processo de ocupação do solo para assentamento humano – contando com suas múltiplas variações - derivam do termo *urban spraw*, utilizado pela primeira vez nos Estados Unidos (CHATEL; SPOSITO, 2015; SPOSITO; GÓES, 2013). De acordo com Chatel e Sposito (2015), Gottman anunciava a necessidade de revisão dos conceitos tradicionais, assim como sugeria a criação de outros, tendo em vista as novas dinâmicas identificadas e ligadas ao *urban spraw* (GOTTMANN 1961 *apud* CHATEL; SPOSITO, 2015). A partir disso, surge uma ampla variedade de proposições

conceituais derivadas do *urban sprawl* ou, na tradução para o português, dispersão urbana. Algumas dessas novas proposições valorizam mais os processos em detrimento das formas espaciais, e o inverso também ocorre, ou seja, proposições que realçam mais as formas espaciais em detrimento dos processos. Sposito e Goes (2013) citam algumas dessas diversas proposições, das quais destacam:

[...] urbanização e cidade dispersas (MONCLÚS, 1998 e 1999; FONT, 2007; REIS FILHO, 2006 e 2007), urbanização e cidades difusas (INDOVINA, 1990; MONCLÚS, 1998; DEMATTEIS, 1998; FONT, 2007; DOMINGUES, 2007; SECCHI, 2007), difusão reticular (DEMATTEIS, 1998); suburbanização, exurbanização, periurbanização, contraurbanização (BERRY, 1976; CHAMPION, 2001), rururbanização (CHARRIER, 1970; BAUER; ROUX, 1976), urban sprawl, étalment urbain, cidade pós-moderna (AMENDOLA, 2000), cidade informacional (CASTELLS, 1999), novas formas de assentamento humano e organização regional da vida urbana (GOTTDIENER, 1993), megalopolis (GOTTMAN, 1961), métapolis (ASCHER, 1995), edge cities (GARREAU, 1991), outer cities (SOJA, 2008), cidadesregião (SOJA, 2006; SCOTT et al., 2001), pós-metrópoles e exópolis (SOJA, 2008); tecnópolis (CASTELLS; HALL, 1994); e-topia (MITCHELL, 2002) etc. (SPOSITO; GÓES, 2013, p. 41-44).

Se tratando da realidade brasileira, preferimos utilizar o termo urbanização difusa ao invés da proposição cidade dispersa, pois o primeiro valoriza o processo em curso, enquanto o último realça as formas espaciais mais complexas, não constatadas, ainda, no caso brasileiro (SPOSITO; GÓES, 2013). Para Bruegmann (2011), a dispersão urbana ocorre praticamente em todas as partes do mundo que contam com determinado nível de desenvolvimento econômico. Portanto, trata-se de um processo geral ligado a urbanização contemporânea.

Feita uma primeira aproximação com a noção de *urban sprawl* ou dispersão urbana, partimos para as correlações entre essas noções e a particularidade que envolve as cidades médias, espaços de transição e que desempenham papéis e funções de intermediação nas redes urbanas (SPOSITO; SPOSITO, 2012; SPOSITO, 2007). Para Sposito (2004, p. 126), as cidades médias são aquelas que “numa dada divisão territorial do trabalho, são centros regionais importantes, em função de serem os elos de ligação entre cidades maiores e menores”.

As cidades médias ganham importantes papéis e funções nas redes urbanas com a dispersão de parte da cadeia produtiva localizada, inicialmente, nos espaços metropolitanos (SANTOS, 2008; MATTOS, 2013). Além disso, filiais de importantes empresas passam a ser alocadas nesses espaços de transição. Tudo isso concorre para o aumento da complexidade da estrutura urbana das cidades médias, incluindo o aumento na demanda por espaços, sejam eles destinados para usos residenciais ou para outras atividades. Indo nesse caminho, a disputa entre atividades ou pessoas por localizações é, para Santos (2009), um dos fatores que engendram a especulação imobiliária.

Um dos resultados do aumento da demanda por espaços, do crescimento da disputa por localizações e, em consequência, do acirramento da especulação imobiliária é a dispersão urbana ou o espraiamento do tecido urbano. O *urban sprawl* não se restringe às metrópoles e grandes cidades. Este processo também atinge os espaços não-metropolitanos, como as cidades médias, ainda que com intensidade e formas resultantes distintas.

A dispersão urbana de cidades médias e pequenas pode animar processos de aglomerações urbanas não-metropolitanas, capitaneadas por cidades médias. Não se trata de um processo de metropolização, pois é um processo qualitativamente diferente daquele ocorrente nas grandes cidades.

Nesse sentido, Santos (2009) chama atenção para o atual crescimento espraiado de cidades médias ao lado de cidades locais, para o autor:

Registra-se, todavia, uma atenuação relativa das macrocefalias, pois além das cidades milionárias desenvolvem-se cidades intermediárias ao lado de cidades locais, todas, porém, adotando um modelo geográfico de crescimento espraiado, com

um tamanho desmesurado que é causa e é efeito da especulação. (SANTOS, 2009, p. 9-10).

O crescimento de cidades médias ao lado de cidades locais, com ambas apresentando uma dispersão urbana espraiada, têm reforçado as relações e interações entre esses municípios vizinhos. Os limites dos municípios, nesse caso, parecem representar cada vez menos o âmbito de vida ou o espaço de vivência cotidiana de seus cidadãos. O deslocamento de pessoas entre esses municípios vizinhos é cada vez mais comum, e por diversos motivos, dentre esses, como para trabalho e/ou estudo. Assim sendo, a cidade enquanto espaço de vivência cotidiana acaba por extrapolar seus próprios limites, pois os cidadãos, cada vez mais, realizam atividades rotineiras em mais de um município, e não mais apenas no município de moradia. Essa dinâmica é consequência dos processos atuais de macrourbanização – para cidades e espaços não-metropolitanos - e metropolização – considerando as grandes cidades -, conforme pontuado por Santos (2009).

Nesse sentido, ao discorrer sobre os processos de expansão e dispersão urbana em cidades médias, Whitacker (2019) levanta um importante ponto ao questionar qual seria o recorte territorial analítico mais apropriado que conformariam as Cidades Médias. O mesmo autor justifica e reforça a importância desta pergunta, ao dizer que

Essa questão mostra-se cada vez mais pertinente, uma vez que a constituição de espaços urbanos com fluidez relativa cada vez maior e a diferenciação socioespacial, combinadas, têm resultado em entidades espaciais que parecem não se assentar nas unidades político-administrativas municipais ou não se enquadrar completamente às noções de continuidade e coesão territoriais que teriam sido características do fato urbano. (WHITACKER, 2019, p. 10).

Partindo disto, buscamos apresentar contribuições para esta pergunta de pesquisa.

De fato, a reestruturação econômica, urbana e das cidades, a aceleração contemporânea e o reescalamento, dentre outras consequências profundas, contribuíram para uma maior articulação entre as cidades sob égide da divisão territorial do trabalho. Os fluxos e as interconexões inerentes às redes urbanas foram acirrados, e o fato urbano – urbanização da sociedade e urbanização do território (SANTOS, 2009) - foi alastrado.

Apesar de não estarem investigando realidades latino-americanas, Bruegmann (2011) e Dematteis (1998) cotejam os processos de dispersão urbana (BRUEGMANN, 2011), periurbanização e difusão reticular (DEMATTEIS, 1998) em recortes territoriais que compreendem aglomerações urbanas, indo além da escala da cidade. Os mesmos autores assentaram suas investigações em grandes cidades e espaços metropolitanos, mas isso não invalida a análise da dispersão e aglomeração urbanas em espaços não-metropolitanos, como as cidades médias, pois nestas os processos de reestruturação urbana são mais céleres (WHITACKER, 2019). A reestruturação urbana aqui é entendida como: “*processos de aglomeração urbana*, levando a interações espaciais distintas e/ou complementares, superposição de redes urbanas hierárquicas e não-hierárquicas, coexistência da continuidade territorial e da continuidade espacial” (WHITACKER, 2019, p. 12, meus grifos).

Nas cidades médias, grandes objetos espaciais (como *shopping centers*, centros empresariais, espaços residenciais fechados, empreendimentos MCMV, dentre outros) impactam de maneira mais incisiva a estrutura urbana dessas cidades (SPOSITO; GÓES, 2013; SPOSITO, 2004; SPOSITO, 2013; SILVA, 2006; DAL POZZO, 2015), seja (re)ordenando fluxos (materiais e imateriais), alterando o preço do solo, mudando o padrão de consumo, acirrando as desigualdades socioespaciais, modificando as condições de mobilidade e acessibilidade etc.

Assim sendo, os processos de dispersão urbana e conformação de aglomerações urbanas também ocorrem em cidades médias, ainda que com intensidade e ritmos diferentes das grandes cidades. Visto isso, uma de nossas hipóteses é a coocorrência dos processos de dispersão urbana e conformação de aglomerações urbanas em cidades médias.

Whitacker (2019) cita dois tipos distintos de espraiamento do tecido urbano, diferenciados a partir da escala de ocorrência destes, a saber, a Extensão do Perímetro Urbano e/ou do Tecido Urbano e a Dispersão da Cidade.

O primeiro tipo corresponde ao espraiamento que ocorre na escala da cidade; “Temos, em conclusão, que a expansão territorial urbana é, originalmente, um termo aplicável à dimensão intraurbana” (WHITACKER, 2019, p. 17). Por outro lado, a dispersão da Cidade é aplicável somente na escala da rede, envolvendo as aglomerações urbanas; “Compreendemos, assim, que a dispersão da Cidade, por seu turno, caracterizar-se-ia pela junção de áreas contínuas, em centros urbanos diferentes [...]” (WHITACKER, 2019, p. 19). Apesar da expressão dispersão *da Cidade*, o processo envolve a escala supraurbana, indo além da própria cidade e compreendendo mais de um centro urbano, pois o termo

[...] comparece apenas metaforicamente como uma “cidade”. Porém, o que se tem, de fato, não é uma cidade, mas uma aglomeração urbana com novas formas e processos espaciais, notadamente, a difusão do urbano extrapolando e/ou se combinando com a dispersão da forma urbana, concordando com Sposito (2009) que propõe a distinção entre difusão e dispersão e sua associação, respectivamente, com processos espaciais e formas espaciais. (WHITACKER, 2019, p. 19).

Assim, partindo de Whitacker (2019), estamos propondo que a dispersão da Cidade seja atinente a escala da aglomeração urbana, e que este recorte territorial pode vir a caracterizar e qualificar as cidades médias. Por fim, acreditamos que os dois tipos de espraiamento supracitados podem ser cotejados às realidades das cidades médias, a depender os objetivos da investigação.

As próximas partes deste artigo relacionam a expansão territorial urbana e a dispersão da Cidade com nosso contexto territorial analítico, a aglomeração urbana formada entre Presidente Prudente/SP e Álvares Machado/SP.

3. O PROCESSO DE DISPERSÃO DA CIDADE NA AGLOMERAÇÃO URBANA DE PRESIDENTE PRUDENTE E ÁLVARES MACHADO

A publicação “Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil” (IBGE, 2016) é um estudo oficial que objetiva analisar a urbanização brasileira contemporânea, assim como identificar e delimitar as maiores aglomerações de população do País. Em uma definição oficial do que seja os arranjos populacionais, temos que:

Um arranjo populacional é o agrupamento de dois ou mais municípios onde há uma forte integração populacional devido aos movimentos pendulares para trabalho ou estudo, ou devido à contiguidade entre as manchas urbanizadas principais. (IBGE, 2016, n.p.).

Os critérios de integração balizam a identificação e a delimitação dos arranjos populacionais (REOLON; MIYAZAKI, 2019). De acordo com o IBGE (2016):

Os critérios utilizados na identificação dos arranjos populacionais empregam a noção de integração, medida pelos movimentos pendulares para trabalho e estudo ou a contiguidade urbana, que assim sintetizam os vários processos envolvidos. (IBGE, 2016, n.p.).

Portanto, a metodologia empregada para a identificação dos arranjos populacionais considera critérios pautados na pendularidade intermunicipal e critérios físico-territoriais, este último ao considerar a disposição e delimitação das manchas urbanizadas dos municípios, passíveis de aferição por meio da identificação de manchas urbanas contíguas ou não.

O arranjo populacional de Presidente Prudente é formado por 12 municípios, incluindo o núcleo do arranjo, o próprio município de Presidente Prudente. Uma primeira aproximação com as características do arranjo é exposta abaixo (**Quadro 1**).

Quadro 1: Arranjo populacional de Presidente Prudente - 2010

Arranjos populacionais e municípios brasileiros	População	Núcleo	Pessoas que trabalham e estudam em outros municípios do arranjo	Índice de integração do município com o arranjo	Mancha Urbanizada Contígua
PRESIDENTE PRUDENTE (SP)					
Alfredo Marcondes (SP)	3891	Não	842	0,34	Não
Álvares Machado (SP)	23513	Não	6273	0,38	Sim
Anhumas (SP)	3738	Não	774	0,29	Não
Caiabu (SP)	4072	Não	735	0,29	Não
Emilianópolis (SP)	3020	Não	405	0,19	Não
Indiana (SP)	4825	Não	895	0,27	Não
Presidente Bernardes (SP)	13570	Não	1749	0,19	Não
Presidente Prudente (SP)	207610	Sim	14407	0,10	Sim
Regente Feijó (SP)	18494	Não	3724	0,28	Não
Santo Expedito (SP)	2803	Não	402	0,23	Não
Taciba (SP)	5714	Não	777	0,20	Não
Tarabai (SP)	6607	Não	801	0,18	Não

Fonte: IBGE (2016).

Álvares Machado é o município com maior índice de integração (0,38) com o arranjo de Presidente Prudente. Isso significa dizer que a quantidade proporcional de pessoas que têm trabalho principal, estudo ou as duas atividades em outros municípios do arranjo é alta. Dos 23.513 habitantes de Álvares Machado em 2010, 6.273 deles tinham atividades de trabalho principal, estudo ou ambos em outros municípios do arranjo, cerca de 26,68% dos habitantes.

Dentre os municípios do arranjo com os quais Álvares Machado possui alta interação, destaca-se a relação estabelecida por meio dos fluxos de deslocamentos com o município de Presidente Prudente (**Tabela 1**).

Tabela 1: Fluxos de deslocamentos entre municípios de arranjos populacionais acima de 100 000 a 750 000 habitantes, com índice de integração maior que 0,34 – 2010

Município A	Município B	Índice de Integração		Pessoas que se deslocavam entre os municípios A e B			
		Município A	Município B	Total	Percentual, por motivo do deslocamento (%)		
					Trabalho e estudo	Trabalho	Estudo
Álvares Machado	Presidente Prudente	0,35	0,04	5.891	2,7	80,4	16,8

Fonte: IBGE (2016).

Avaliando-se o índice de integração, o maior valor ocorre em Álvares Machado em relação a Presidente Prudente, chegando a 0,35, com 80,4% dos deslocamentos ligados somente a trabalho. Por outro lado, o índice de Presidente Prudente em relação a Álvares Machado é de apenas 0,04. Portanto, os fluxos de deslocamentos de residentes de Álvares Machado para Presidente Prudente são muito superiores do que os fluxos no sentido oposto (de Presidente Prudente para Álvares Machado),

o que revela a centralidade e a polarização que exerce Presidente Prudente em todo o arranjo populacional, e sobretudo em Álvares Machado.

Outro ponto que chama atenção é a mancha urbanizada contígua entre Álvares Machado e Presidente Prudente (ver a coluna “Mancha Urbanizada Contígua”, no Quadro 1). A contiguidade identificada entre as manchas urbanizadas dos municípios revela que a interação entre os eles está produzindo uma relação cada vez mais próxima também do ponto de vista físico-territorial, já que as áreas urbanizadas de ambos os municípios estão cada vez mais próximas, o que levou o IBGE (2016) a identificar uma situação de contiguidade entre Álvares Machado e Presidente Prudente.

Dito isso, Presidente Prudente e Álvares Machado são os municípios que guardam relações mais próximas no arranjo de Presidente Prudente. Essas relações podem ser identificadas por meio dos fluxos de deslocamentos e no processo de formação de manchas urbanas contíguas. Em função disso, são os municípios escolhidos para compor o contexto territorial empírico deste trabalho.

Antes de iniciarmos as análises empíricas referentes a aglomeração urbana de Presidente Prudente e Álvares Machado, é necessário apresentarmos nosso entendimento acerca da noção de aglomeração urbana, entendida aqui como sendo “O espaço de comutação diária entre as cidades, no contexto das relações de dependência entre centro-periferia” (ULTRAMARI; MOURA, 1994). Ou ainda:

[A aglomeração urbana é] o processo em que há uma expansão espacial de núcleos urbanos distintos, gerando fluxos e um avanço da malha urbana que acabam por extrapolar os limites político-administrativos dos municípios. Ou seja, uma única cidade passa a corresponder em mais de um município, mas não havendo necessariamente uma contiguidade da malha urbana, já que os fluxos devem ser considerados neste processo. (MIYASAKI; WHITACKER, 2005, p. 3-4).

A aglomeração urbana deve ser lida e interpretada através da circulação, dos fluxos e das interações entre núcleos urbanos com distintas posições hierárquicas na rede urbana. Essa noção rejeita a aplicação do processo de aglomeração urbana entre núcleos urbanos com papéis e funções semelhantes e/ou equivalentes – como, por exemplo, entre duas ou mais cidades pequenas ou entre duas ou mais cidades médias.

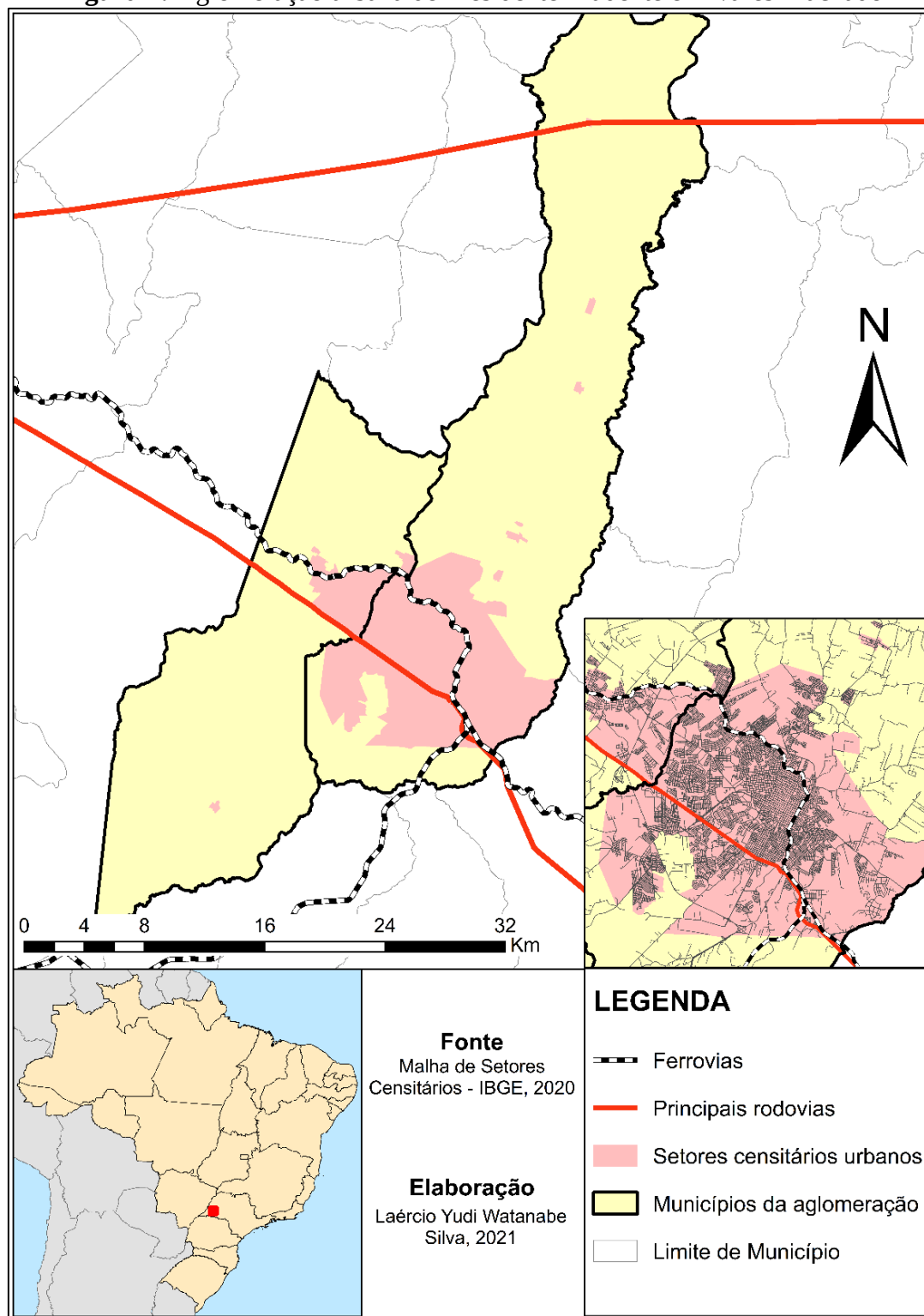
A noção de aglomeração urbana implica, ainda, em “um avanço da malha urbana que acabam por extrapolar os limites político-administrativos dos municípios” (MIYASAKI; WHITACKER 2005, p. 3). Essa ideia relaciona-se, inclusive, com a definição da noção de dispersão da Cidade, segundo Whitacker (2019). Ambas as noções reforçam a importância da escala imediatamente superior a escala da cidade. A dispersão da Cidade pode reforçar os fluxos e as interações espaciais entre núcleos urbanos distintos, encetando e/ou reforçando processos de aglomeração urbana.

Presidente Prudente e Álvares Machado são municípios vizinhos (**Figura 1**) e com diferentes classificações segundo a Regic (2018). O primeiro é classificado como uma Capital Regional C, enquanto que o último se enquadra dentro do próprio arranjo populacional de Presidente Prudente. Assim sendo, são municípios com diferentes papéis e funções na rede urbana, o que atende a uma das condições para a identificação de uma aglomeração urbana, já que possuem diferentes posições hierárquicas.

Os distritos-sede dos municípios da aglomeração em questão possuem contiguidade espacial de seus setores censitários urbanos (**Figura 1**), um indício territorial das interações intermunicipais. Além disso, importantes vias cruzam e ligam os espaços urbanos de Álvares Machado e Presidente Prudente, que facilitam os deslocamentos intermunicipais.

Outro ponto observado, e que ajuda a qualificar uma aglomeração urbana, é atinente a intensa interação espacial entre os municípios, por meio da circulação e deslocamentos pendulares intermunicipais. Esse ponto foi constatado nas análises empíricas de Miyasaki (2008) e Miyasaki e Whitacker (2005), também considerando a mesma aglomeração urbana deste texto.

Figura 1: Aglomeração urbana de Presidente Prudente e Álvares Machado



Elaboração: Autor (2022).

Por fim, outro ponto a ser cotejado neste texto é referente ao avanço da malha urbana dos municípios para além da escala da cidade ou da escala intraurbana, que será explorado contando com o apoio da **Figura 2**.

A **Tabela 2** expõe a evolução da população em Álvares Machado e Presidente Prudente. São indicadores que auxiliam na compreensão da expansão territorial urbana em ambos os municípios, representados na **Figura 2**.

Tabela 2: Evolução da população em Presidente Prudente e Álvares Machado (1970-2021)

Ano	População	Município			
		Álvares Machado		Presidente Prudente	
		População (em números absolutos)	População (em porcentagem)	População (em números absolutos)	População (em porcentagem)
1970	Urbana	6.016	35,56%	91.188	87,31%
	Rural	10.904	64,44%	13.250	12,69%
	Total	16.920	100%	104.438	100%
1980	Urbana	8.522	59,80%	127.986	94,67%
	Rural	5.729	40,20%	7.210	5,33%
	Total	14.251	100%	135.196	100%
1991	Urbana	15.387	81,56%	160.227	96,82%
	Rural	3.478	18,44%	5.257	3,18%
	Total	18.865	100%	165.484	100%
2000	Urbana	20.096	88,68%	185.229	97,91%
	Rural	2.565	11,32%	3.957	2,09%
	Total	22.661	100%	189.186	100%
2010	Urbana	21.183	90,09%	203.375	97,96%
	Rural	2.330	9,91%	4.235	2,04%
	Total	23.513	100%	207.610	100%
2021	Total (população estimada)	25.078	100%	231.953	100%
Variação da população total (1970-2021)		+8.158	+48,21%	+127.515	+122,09%

Fonte: Miyasaki e Whitacker (2005). Atualizado pelo autor (2021).

Em Presidente Prudente, desde a década de 1970 a população urbana já representava mais de 85% sobre a população total do município, revelando a forte influência do urbanismo enquanto modo de vida. Esta proporção passa de 90% já na década de 1980 e alcança 97,96% no último censo oficial realizado pelo IBGE, datado de 2010.

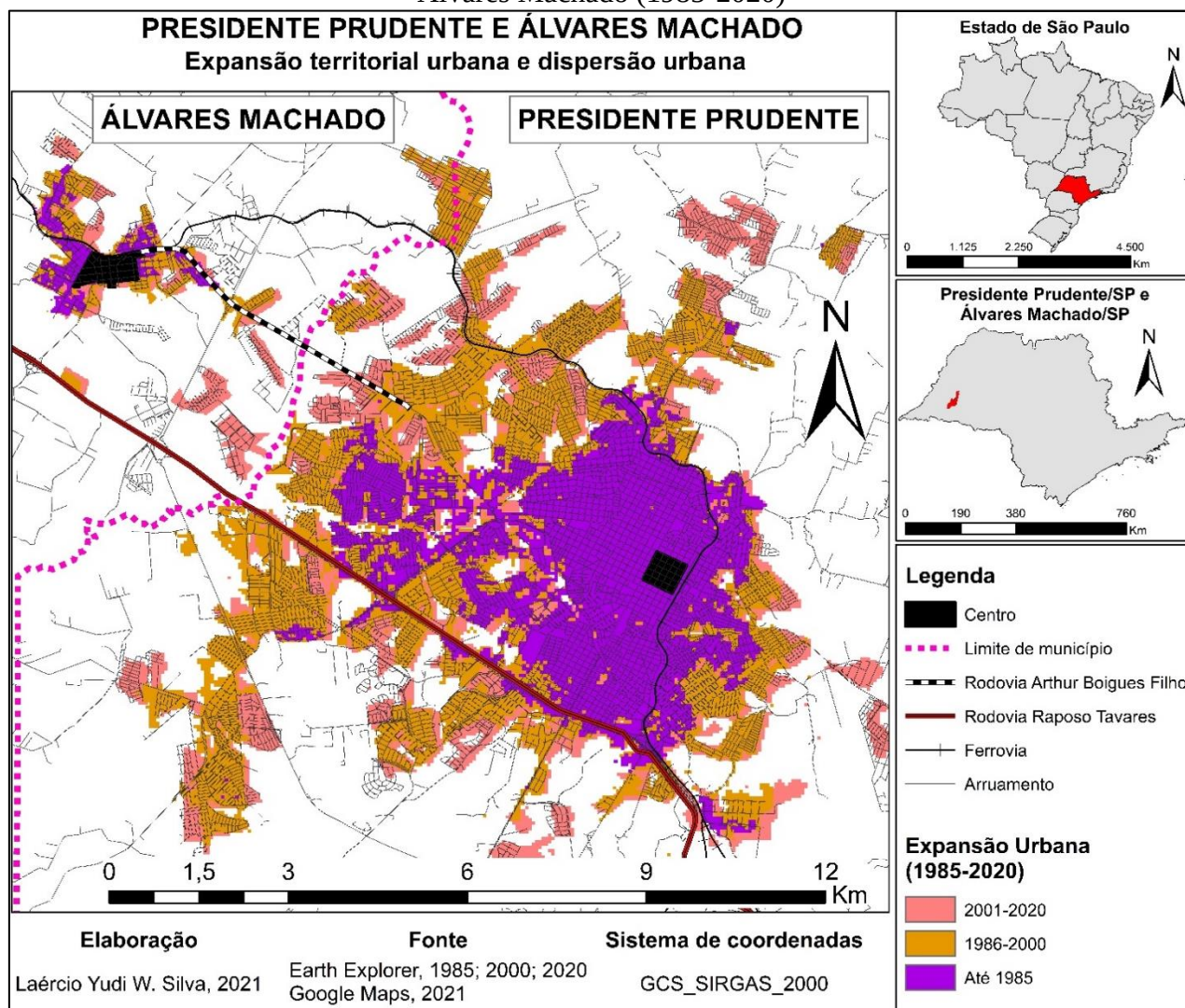
A ocupação de áreas urbanas ocorreu mais tardiamente no município de Álvares Machado. Em 1970, a população rural ainda superior a população urbana. O predomínio da população urbana em comparação a população rural ocorre apenas em 1980, quando cerca de 59,80% da população do município residia em áreas urbanas. Apesar desta ocupação populacional mais tardia do urbano, em 2010, cerca de 90,09% dos residentes de Álvares Machado já residiam nas áreas urbanas do município.

Considerando o período entre 1970 e 2021, a população total de ambos os municípios tiveram uma variação positiva, ainda que em diferentes ritmos e intensidades. O acréscimo de 8.158 habitantes em Álvares Machado representa uma variação de +48,21%, considerando o recorte temporal adotado. Em Presidente Prudente, o aumento relativo da população total foi mais expressivo, havendo um aumento proporcional de +122,09%, o que representa um acréscimo populacional de 127.515 habitantes em números absolutos.

A variação populacional positiva aumentou, por consequência, a demanda por novos espaços de assentamento humano em cada cidade, o que resultou na implantação de novos bairros, loteamentos, áreas urbanizadas, espaços de lazer e consumo etc. A demanda pelo espraiamento urbano em Presidente Prudente foi maior em comparação a Álvares Machado, pois o incremento populacional do primeiro foi significativamente superior, tanto em números absolutos como relativos. Com isso, o processo de expansão territorial urbana de Presidente Prudente foi historicamente mais intenso em comparação a Álvares Machado. A mancha urbana da cidade média da aglomeração, inclusive, parece ter invadido e urbanizado áreas localizadas dentro dos limites do município vizinho, já que a expansão urbana de Presidente Prudente se desenvolveu principalmente no eixo oeste, em direção à Álvares Machado (**Figura 2**).

A elaboração da Figura 2 baseou-se, inicialmente, na coleta de imagens de satélite do Serviço Geológico dos Estados Unidos (USGS), no sítio eletrônico do Earth Explorer², em três diferentes momentos: 1985, 2000 e 2020. Após isso, a definição das áreas urbanizadas passou pelo procedimento de classificação supervisionada e por correções pontuais, ambos os procedimentos foram realizados em cada uma das três imagens de satélite analisadas.

Figura 2: Evolução da expansão territorial urbana na aglomeração de Presidente Prudente e Álvares Machado (1985-2020)



Fonte: Earth Explorer (1985; 2000; 2020), Google Maps (2021). Elaboração: autor (2021).

O núcleo urbano de Presidente Prudente surge a partir da chamada “marcha do café” para o oeste do estado (ABREU, 1972), e em resposta ao prolongamento da Estrada de Ferro Sorocabana (MIYASAKI; WHITACKER, 2005). Inicialmente, haviam dois núcleos pioneiros de ocupação, sendo que um destes se consolidou como centro principal da cidade (WHITACKER, 1997). Ao longo das décadas, a cidade espreadu-se sobretudo para o eixo oeste, tendo como referência o centro principal (**Figura 2**). O espraiamento do tecido urbano para o eixo oeste foi tão expressivo que diversos bairros e áreas se encontram muito próximos da linha imaginária que divide os municípios de Presidente Prudente e Álvares Machado.

² Disponível em: <https://earthexplorer.usgs.gov/>. Acesso em: 25 de nov. 2021.

Indo nesse sentido, a hipótese que baliza este texto é de que áreas e bairros inseridos dentro dos limites de Álvares Machado mantém intensa relação com Presidente Prudente, e que podem ser lidos na escala do tempo cotidiano, através dos deslocamentos pendulares intermunicipais, conformando o quadro de dispersão da Cidade, nos termos de Whitacker (2019).

Miyasaki e Whitacker (2005) discorrem sobre a expansão territorial urbana em Álvares Machado, para os autores:

[...] com o passar dos anos, principalmente no final da década de 1970, novos loteamentos foram aprovados no município de Álvares Machado, de forma que a malha urbana avançou consideravelmente em direção à Presidente Prudente. De acordo com os levantamentos realizados junto à Prefeitura Municipal de Álvares Machado, foram aprovados nove loteamentos, entre 1980 e 1994, somente na zona leste da cidade, que se constitui na área próxima ao limite municipal com Presidente Prudente. (MIYASAKI; WHITACKER, 2005, p. 6).

Os mesmos autores ainda destacam outros importantes pontos que são indícios para o aumento da interação espacial entre os municípios: a existência de importantes vias de ligação, como as rodovias Arthur Boigues Filho e Raposo Tavares; o fluxo diário de veículos na Rodovia Raposo Tavares; o fluxo de passageiros de transportes coletivos interurbanos; a existências de bairros em Álvares Machado e em Presidente Prudente que estão em situação de contiguidade na divisa intermunicipal; a oferta de abastecimento de água em determinadas áreas de Álvares Machado realizada pela Estação de Tratamento de Água em Presidente Prudente.

Dessa maneira, a intensa expansão territorial urbana de Presidente Prudente, sobretudo para o eixo oeste, e o surgimento áreas urbanizadas dentro dos limites de Álvares Machado, e que estão sob grande influência da cidade média vizinha, criaram condições para o acirramento dos deslocamentos pendulares entre os municípios. Assim, o processo de aglomeração urbana não apenas está em curso, todavia também é estimulado.

Sendo assim, com base nas ideias de Whitacker (2019), a expansão territorial urbana e a dispersão da Cidade, espraiamento do tecido urbano na escala da aglomeração, são processos que se aderem e acirram as interações espaciais entre Presidente Prudente e Álvares Machado, contribuindo para este processo de aglomeração urbana não-metropolitana. Comumente os estudos sobre aglomerações urbanas advêm de investigações de grandes cidades e espaços metropolitanos (MIYASAKI; WHITACKER, 2005), e este estudo traz contribuições para a leitura de realidades não metropolitanas.

A seção seguinte coteja os processos de dispersão da Cidade e de aglomeração urbana a partir dos espaços residenciais fechados horizontais de alto padrão existentes em ambos os municípios, com destaque para aqueles implantados nas proximidades da divisa municipal entre Presidente Prudente e Álvares Machado. Ponderamos que os espaços residenciais fechados são apenas um vetor ou modalidade de investigação para cotejar os processos de dispersão da Cidade e de aglomeração urbana, esses processos possuem diversos outros planos analíticos que permitem análises sobre sua evolução (espaços de lazer e consumo, grandes empreendimentos, centros comerciais, conjuntos habitacionais etc.).

4. ENTRE CONTINUIDADES E CONTIGUIDADES: A AUTOSSEGREGAÇÃO ENTRE PRESIDENTE PRUDENTE E ÁLVARES MACHADO

No âmbito das pesquisas urbanas, a segregação é um dos conceitos mais debatidos nas ciências sociais (VASCONCELOS, 2013). Na academia, o conceito foi inicialmente desenvolvido por pesquisadores da Escola de Chicago (CORRÊA, 1989; SPOSITO, 2013; VASCONCELOS, 2013; SPOSITO; GÓES, 2013) e seu uso esteve associado a conformação de “áreas sociais” (CORRÊA, 1989; VASCONCELOS, 2013).

O conceito ganhou novas matizes e sentidos sob influência da Escola de Sociologia Urbana Francesa (SPOSITO, 2013; SPOSITO; GÓES 2013). A Geografia crítica também se apropriou deste conceito, sobretudo após as contribuições de Lefebvre, Castells e Lojkin, para citar alguns autores. O termo, elevado à categoria de conceito por ter filiação teórica e ressignificações ao longo do tempo, popularizou-se. Neste trabalho, concordamos com Sposito (2013) e Sposito e Góes (2013) ao considerarmos que a segregação se refere, desde sua origem, ao uso residencial.

De fato, o processo de segregação refere-se ao uso residencial do espaço urbano, o que explica a composição da expressão “segregação residencial”, que foi adotada desde suas origens, não importam a matriz teórica a partir da qual se reconhece seu conteúdo conceitual ou as formas como tal conteúdo evoluiu em cada comunidade acadêmica. (SPOSITO; GÓES, 2013, p. 280).

Pela origem do conceito estar ligada aos pesquisadores da Escola de Chicago, alguns autores são contrários à sua aplicação fora da realidade estadunidense, como Vasconcelos (2004). Todavia, assim como discorreu Sposito (2013, p. 62), também acreditamos que “é possível tratar das especificidades da segregação segundo os componentes de cada realidade socioespacial”. Ou ainda:

[...] embora se trate de uma segregação diferente daquela das cidades norte-americanas, que inspirou tanto os sociólogos conservadores da Escola de Chicago quanto os seus críticos marxistas nos anos 70 e 80, a nossa “segregação à brasileira” é palpável.

Se uma palavra é incorporada, mesmo que um pouco ressignificada, cabe-nos, como cientistas sociais, buscar entender a razão e a lógica desse uso, e não, simplesmente, recusar o vocábulo. (SOUZA, 2006, p. 472-473).

Corrêa (1989), com o objetivo de estabelecer proximidades na aplicação do conceito e a relação com as classes sociais, tipificou duas categorias de segregação: a auto-segregação e a segregação imposta. A segregação dos mais pobres, ou a segregação imposta (CORRÊA, 1989), é a mais comum e “tradicional”, pois foi o primeiro tipo de segregação debatido na academia. Para Souza (2006, p. 466), “A segregação de tipo clássico, no Brasil urbano, é um processo de ‘empurramento’ dos pobres para espaços desprezados pelas elites e pela pequena burguesia”, ou nas palavras de Sposito (2013):

De modo mais amplo, o conceito também vem sendo adotado para tratar de várias formas de segmentação socioespacial que levaram ao processo de periferização dos mais pobres, nas cidades brasileiras, processo esse comum à realidade latino-americana. (SPOSITO, 2013, p. 68).

Logo, na segregação tradicional é a maioria (no sentido socioeconômico, no qual estão situadas as classes populares) que é submetida ao processo de segmentação socioespacial (SPOSITO, 2013). Contudo, a minoria socioeconômica, as classes opulentas, também passaram a encontrar formas de se segregarem voluntariamente da maioria, como observado nas pesquisas de Caldeira (2000) e Souza (2006), ao abordarem realidades metropolitanas, e Sposito (2013), Sposito e Góes (2013) e Dal Pozzo (2011; 2015), ao investigarem cidades médias. Diversos são os termos utilizados para fazer menção a segregação dos mais ricos, como “enclaves fortificados” (CALDEIRA, 2000) e “autossegregação” (CORRÊA, 1989; SPOSITO; GÓES, 2013), para ficar em dois dos mais comuns.

Feita esta breve apresentação do estado da arte acerca do conceito de segregação, pontuamos que os próximos parágrafos realizam uma aproximação com a segregação das classes opulentas, a autossegregação, relacionando-a com nosso contexto territorial empírico, a aglomeração urbana de Presidente Prudente e Álvares Machado.

O processo de aglomeração urbana pode ser animado por diversos vetores ou modalidades

(conjuntos habitacionais populares, loteamentos de iniciativa privada, áreas ou distritos industriais, espaços de lazer e consumo etc.), e os parágrafos seguintes valorizam a modalidade específica dos espaços residenciais fechados horizontais de alto padrão. Com isso, ponderamos que não há uma relação direta e causal entre os processos de aglomeração urbana e autoss segregação, mas esta última é apenas uma modalidade que pode animar as interações intermunicipais.

O processo de autoss segregação vem se disseminando em cidades médias, muito em função das condições mais favoráveis e acessíveis para residir nos espaços residenciais fechados em realidades não-metropolitanas em comparação às grandes cidades. Sposito e Góes (2013) observaram que:

Pudemos constatar que, nas cidades estudadas [Presidente Prudente, Marília e São Carlos], a opção pela autoss segregação tem custos bem menores do que aqueles observados nas áreas metropolitanas [...]

Esse conjunto de possibilidades que se apresentam aos moradores de espaços não metropolitanos sugere que os processos de separação socioespacial estão se aprofundando nas cidades médias. Há indicadores efetivos de que as clivagens de natureza socioeconômica e espacial que aí se estabelecem propiciam, nesses espaços exclusivos, a inclusão de padrões de poder aquisitivo que, em cidades maiores, não teria condições de ocorrer. (SPOSITO; GÓES, 2013, p. 288-289).

Com isso, os espaços residenciais fechados passam a se popularizar em contextos não-metropolitanos, onde segmentos de médio poder aquisitivo também passam a residir nestes espaços. De acordo com Sposito (2004), a implantação dos primeiros espaços residenciais fechados em cidades médias ocorre em meados da década de 1980, com significativo aumento da quantidade desses espaços fechados e controlados por sistemas de segurança no decorrer dos anos de 1990, tendência que perpetua até os dias de hoje.

Segundo levantamento realizado por Dal Pozzo (2015), em Presidente Prudente, o primeiro espaço autoss segregado implantado foi o Jardim Morumbi, aprovado em 1975. Ainda segundo o mesmo autor, houve a aprovação de dez empreendimentos entre 2002-2010, popularizando esse *habitat* urbano na cidade. Diversos desses empreendimentos foram implantados próximos da divisa municipal entre Presidente Prudente e Álvares Machado (Figuras 4 e 5), o que nos permite inferir que o processo de autoss segregação na área é um indício e um vetor do acirramento das interações intermunicipais.

A implantação de espaços residenciais fechados nas proximidades da divisa municipal, tanto em Presidente Prudente quanto em Álvares Machado, possui diversas motivações e justificativas, das quais podemos citar a proximidade da área com importantes vias que ligam os municípios da aglomeração, como a Rodovia Arthur Boigues Filho e a Rodovia Raposo Tavares³; a busca por exclusividade e viver entre os “iguais”⁴; o preço do solo nessas áreas periféricas, os espaços residenciais fechados implantados próximos a divisa municipal estão relativamente distantes do centro principal de ambas as cidades, criando condições mais acessíveis para implantar os empreendimentos nessas áreas; e, por fim, a proximidade dessas áreas com o Balneário da Amizade, um importante espaço público de lazer, entretenimento e convivência social.

O Balneário da Amizade foi requalificado em 2015 (**Figura 3**), e se transformou em um importante atrativo para o mercado imobiliário. Diversos espaços residenciais fechados foram implantados em suas imediações após sua requalificação, tanto no lado prudentino quanto no lado machadense.

³ Miyazaki e Whitacker (2005) já haviam indicado que essas rodovias se constituem como importantes elos de ligações entre os municípios.

⁴ Souza (2000) e Sposito e Góes (2013) citam que a busca por exclusividade social é um fator que têm contribuído para a autoss segregação.

Figura 3: Balneário da Amizade após a requalificação



Fonte: Tripadvisor (sem data).

Após a requalificação do Balneário da Amizade, surgiram diversos espaços residenciais fechados nas imediações desse espaço público de lazer (**Figura 4**).

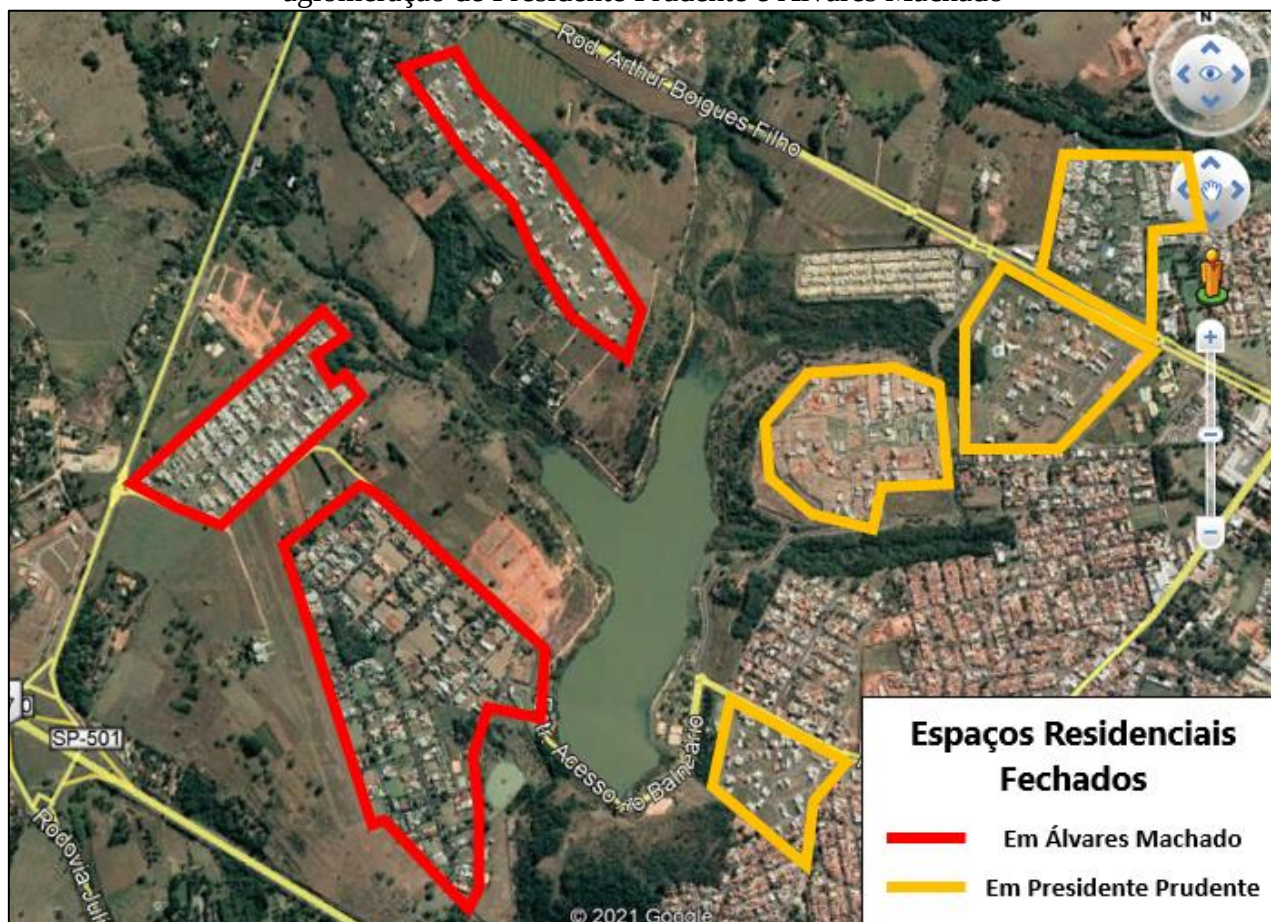
Souza (2000) e Sposito e Góes (2013) citam que eventualmente a presença de melhores condições de habitabilidade, sobretudo no que se refere a qualidade ambiental dos bairros, e a busca por amenidades naturais podem ser outros fatores que têm contribuído para o acirramento do processo de autosegregação.

No contexto empírico deste trabalho, o Balneário da Amizade se enquadra nessa condição, porém de maneira qualitativamente diferente, neste caso, como sendo um espaço externo aos muros e sistemas de segurança, ou seja, situado fora dos espaços residenciais fechados. Essa área contrasta com alguns atributos negativos da vida urbana, tais como poluição do ar, congestionamento, paisagem de pobreza urbana etc. Neste caso, a busca por maior proximidade com a natureza e espaços livres de lazer condicionaram a implantação dos empreendimentos na área. Nesse sentido, o espaço público de lazer atraiu as atenções do mercado imobiliário, que logo tratou de lançar diversos empreendimentos no entorno da represa, como os espaços residenciais fechados.

Portanto, o mercado imobiliário aproveitou e se beneficiou do investimento de recursos públicos na área, a requalificação do Balneário da Amizade, situado na divisa intermunicipal de Presidente Prudente e Álvares Machado. Os lançamentos de muitos espaços residenciais fechados na área são datados justamente após a requalificação desse espaço público de lazer e convivência social.

Os espaços residenciais fechados localizados no entorno imediato do Balneário da Amizade se assemelham pela tipologia arquitetônica dos empreendimentos e domicílios, além do semelhante perfil socioeconômico dos residentes. São espaços residenciais de alto padrão, o que impede o acesso das classes populares a esses empreendimentos.

Figura 4: Espaços residenciais fechados horizontais de alto padrão na divisa municipal da aglomeração de Presidente Prudente e Álvares Machado



Fonte: Google Earth (2022). Organização: Autor (2022).

Alguns equipamentos públicos, espaços consumo e determinadas instituições estão presentes apenas em um dos municípios da aglomeração (**Figura 5**), acirrando os deslocamentos intermunicipais na escala da aglomeração, sobretudo no sentido Álvares Machado-Presidente Prudente.

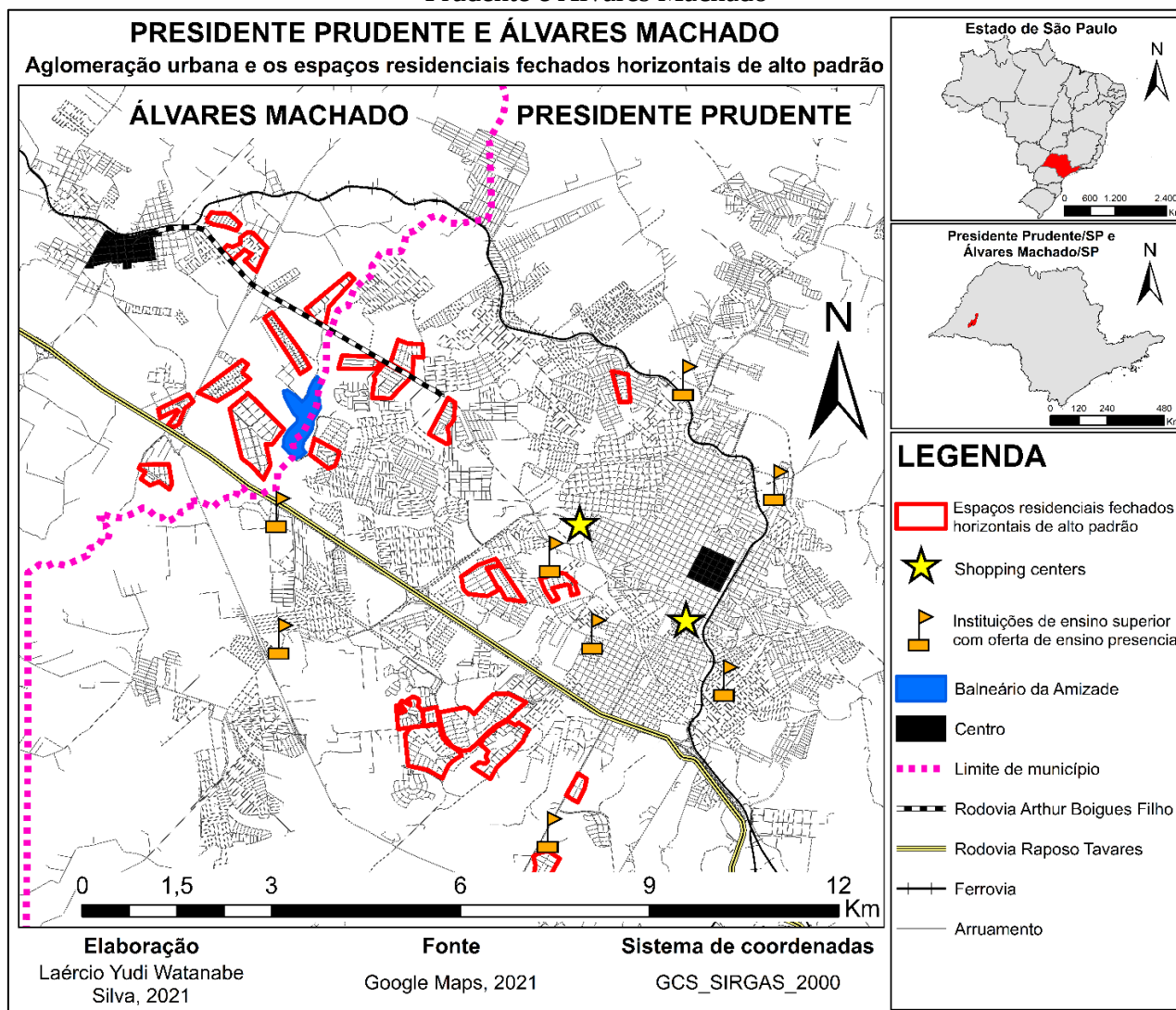
Os estudos de Góes *et al.* (2019) revelam que os *shopping centers* são espaços de lazer e consumo significativamente frequentados pelos residentes de espaços residenciais fechados. Considerando os municípios da aglomeração em questão, os *shopping centers* estão presentes apenas no município de Presidente Prudente. Assim sendo, os residentes dos espaços residenciais fechados localizados no lado machadense devem se deslocar para a cidade média vizinha para frequentar esse espaço de lazer e consumo, acirrando os fluxos e deslocamentos intermunicipais.

Buscando inferir os deslocamentos por motivos de estudo, temos que Álvares Machado não possui instituições de ensino superior com oferta de ensino presencial. O município de Presidente Prudente também polariza essa modalidade de deslocamento intermunicipal.

Outras condicionantes também reforçam os fluxos e a interação entre Álvares Machado e Presidente Prudente. A cidade média possui os maiores e mais importantes bolsões de emprego na escala da aglomeração, maior oferta de serviços, principais equipamentos públicos etc.

Os residentes dos espaços residenciais fechados possuem maiores condições de mobilidade e acessibilidade, considerando o perfil socioeconômico dos moradores, o que aumenta significativamente as possibilidades de deslocamentos pendulares em distâncias cada vez maiores, como na escala da aglomeração urbana, expandindo o âmbito de vida e o espaço de comutação diária para além da escala da cidade, extrapolando a escala do município que residem.

Figura 5: Espaços residenciais fechados horizontais de alto padrão na aglomeração de Presidente Prudente e Álvares Machado



Fonte: Google Maps (2021). **Elaboração:** autor (2021).

Miyasaki e Whitacker (2005), também tendo como referência a aglomeração Álvares Machado-Presidente Prudente, identificaram um avançado estágio do processo de aglomeração urbana em loteamentos populares, como nos bairros Jardim Panorama e Parque dos Pinheiros, em Álvares Machado (área urbanizada cortada pela linha imaginária que divide os municípios - Figura 5), e Jardim Cobral e Jardim Leonor, em Presidente Prudente. Os mesmos autores destacam ainda que estes bairros possuem uma certa contiguidade em relação à malha urbana. Em suas conclusões, Miyasaki e Whitacker (2005) identificaram o processo de aglomeração urbana nos bairros de baixa renda.

[...] o processo de aglomeração tem avançado através dos bairros de baixa renda, por meio da expansão urbana resultante da criação de novos loteamentos. No caso do Jardim Cobral e Leonor (pertencentes a Presidente Prudente), a renda média do chefe de família varia entre 2 e 3 salários mínimos. Já no Parque dos Pinheiros e Jardim Panorama (no município de Álvares Machado), as informações de Kahale, Rafael & Rodrigues (1996) mostram que 68,4 por cento das famílias ganham até 3 salários mínimos por mês (MIYASAKI; WHITACKER, 2005, p. 11).

Contudo, e mais recentemente, o processo de aglomeração urbana entre Presidente Prudente e Álvares Machado vem sendo intensificado pela autoss segregação, principalmente em função da grande quantidade de espaços residenciais fechados horizontais de alto padrão sendo implantados nas imediações da divisa intermunicipal (Figuras 4 e 5), “costurando” territorialmente os municípios da aglomeração. A partir disso, podemos inferir que a autoss segregação nesta aglomeração tem intensificado os deslocamentos pendulares intermunicipais. Os diferentes papéis e funções dos municípios conferem uma situação de complementariedade entre eles, na qual Álvares Machado é fortemente polarizada por Presidente Prudente, já que a cidade média oferta uma maior quantidade e diversidade de produtos, serviços, empregos etc. Com isso, muitos machadenses se deslocam todos os dias para Presidente Prudente, e por diversos motivos, intensificando as interações intermunicipais e fomentando o processo de aglomeração urbana em curso.

Com vistas a contribuir para a análise da relação entre os espaços residenciais fechados horizontais de alto padrão e o processo de aglomeração urbana, um quadro com questões a serem futuramente aprofundadas e respondidas é exposto abaixo (**Quadro 2**). As questões levantadas foram divididas em duas categorias analíticas: os empreendimentos e os sujeitos.

Quadro 2: Questões para serem aprofundadas concernentes aos espaços residenciais fechados horizontais de alto padrão e aos sujeitos

Categorias analíticas	Questões levantadas
Empreendimentos	a) quem são os empreendedores?;
	b) de onde são as empresas?;
	c) qual a origem do capital utilizado para a construção e implantação desses empreendimentos?;
Sujeitos	d) quem são os moradores? Vieram de onde? Onde trabalham?; e
	e) quem são os funcionários desses empreendimentos? Onde residem?

Elaboração: autor (2021).

As questões levantadas (Quadro 2) apontam para possíveis caminhos investigativos no que se refere ao processo de aglomeração urbana animado pela implantação de espaços residenciais fechados.

5. CONCLUSÃO

Em Presidente Prudente e em Álvares Machado, a expansão territorial urbana (na escala da cidade) animou o processo de dispersão da Cidade (espraiamento do tecido urbano na escala da aglomeração urbana), no qual ambos os núcleos urbanos parecem não se assentar em suas respectivas unidades político-administrativas. O resultado disso é o acirramento do processo de aglomeração urbana. Com isso, o tecido urbano e, até mesmo, o espaço de vivência cotidiana dos sujeitos parecem extravasar para a escala imediatamente supramunicipal, ou seja, na escala da aglomeração urbana.

Santos (2009), indo nesse mesmo sentido, já sinalizava que o Brasil contemporâneo é marcado pela maior mobilidade de pessoas, resultado da intensificação da divisão social do trabalho. Em decorrência disso, apontamos que o âmbito de vida ou o espaço de vivência cotidiana dos sujeitos pode extrapolar a escala da cidade, pois os cidadãos, cada vez mais, realizam atividades cotidianas em mais de um município, fomentando processos na escala da rede, como a formação de aglomerações urbanas e a intensificação daquelas já existentes.

A cidade de Presidente Prudente espraiou-se principalmente para o eixo oeste, em direção a Álvares Machado. Isso resultou na implantação de diversos bairros, áreas e loteamentos nas proximidades da divisa municipal entre Presidente Prudente e Álvares Machado, como ocorreu, por exemplo, com os bairros Maré Mansa, Parque Imperial, Jardim Leonor e Jardim Cobral, em Presidente Prudente, e Parque dos Pinheiros e Jardim Panorama, em Álvares Machado.

A aglomeração urbana formada entre Presidente Prudente e Álvares Machado foi inicialmente animada por bairros e loteamentos populares de baixa renda (MIYASAKI; WHITACKER, 2005). No entanto, este trabalho revelou que mais recentemente os espaços residenciais fechados de alto padrão mostraram-se um importante vetor analítico a ser considerado. A implantação destes espaços ao longo de importantes vias que alcançam e ligam ambos os municípios (Rodovia Raposo Tavares e Rodovia Arthur Boigues Filho) pode ter provocado um significativo aumento nos fluxos e nas interações intermunicipais na aglomeração.

Novas questões foram postas na tentativa de aprofundar as investigações acerca da possível relação existente entre os espaços residenciais fechados de alto padrão e o processo de aglomeração urbana, tendo como referência o contexto territorial empírico deste texto. As questões levantadas (Quadro 2) referentes aos empreendimentos e aos sujeitos desses espaços, moradores ou funcionários, podem vir a enriquecer debates futuros.

Tendo como referência empírica o grau de integração entre Presidente Prudente e Álvares Machado, tanto do ponto de vista físico-territorial quanto em relação aos deslocamentos pendulares intermunicipais, assim como no tocante a complementaridade entre os municípios, tendo em vista os diferentes papéis e funções na escala da rede, questiona-se a escala e a dimensão apropriadas para delimitação territorial da Cidade Média enquanto recorte analítico, pois parece-nos que as cidades médias, assim como os espaços metropolitanos, podem ser lidas e analisadas na escala da aglomeração urbana, podendo conformar unidades contínuas, coesas e, quiçá, contíguas na escala da rede urbana.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo financiamento da pesquisa do autor. Processo nº: 130340/2021-9.

REFERÊNCIAS

ABREU, Dióres Santos. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista**: Presidente Prudente. Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, 1972.

BRENNER, Neil. Reestruturação, reescalonamento e a questão urbana. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 17, n. 1, p. 198-220, 2013.

BRUEGMANN, Robert. **La dispersión urbana**: una historia condensada. Madrid: Consejería de Medio Ambiente y Ordenación del Territorio, 2011.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: EDUSP/Paralelo 34, 2000.

CHATEL, Cathy; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Forma e Expansão Urbanas no Brasil: fatos e hipóteses, primeiros resultados do banco de dados brasipolis. **Revista Cidades**, v. 12, n. 21, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrs.edu.br/index.php/cidades/article/view/11938>. Acesso em: 30 mar. 2022.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática. 1989.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Fragmentação socioespacial em cidades médias paulistas**. 2015. 400 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/136103>.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Territórios de autossegregação e de segregação imposta: fragmentação socioespacial em Marília e São Carlos**. 2011. 316 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade Ciências e Tecnologia, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/96709>.

DEMATTEIS, Giuseppe. Suburbanización y periurbanización: ciudades anglosajonas y ciudades latinas. In: MONCLUS, F. J. (ed.). **La ciudad dispersa: suburbanización y nuevas periferias**. Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, 1998.

GÓES, Eda Maria; CATALAO, Igor; MAGRINI, Maria Angélica de Oliveira; FURINI, Luciano Antonio; CATELAN, Márcio José Verissimo; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Consumo, crédito e direito à cidade**. Curitiba: Appris, 2019. 1ª ed.

HARVEY, David. La construcción social del espacio y del tiempo: una teoría relacional. **Geographical Review of Japan**, v. 67, n. 2, p. 126-135, 1994.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Arranjos populacionais e concentrações urbanas do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro, 2016.

MATTOS, Carlos de. Reestructuración económica y metamorfosis urbana en América Latina: de la ciudad a la región urbana. In: Noyola, Juan; Mattos, Carlos de; Orellana, Arturo (org.) **Urbanización en tiempos de crisis: impactos, desafíos y propuestas**. Santiago: Instituto de Estudios Urbanos y Territoriales, 2013, p. 13 – 43.

MIYAZAKI, Vitor Koiti. **Um estudo sobre o processo de aglomeração urbana: Álvares Machado, Presidente Prudente e Regente Feijó**. 2008. xi, 171 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/96699>.

MIYAZAKI, Vitor Koiti; WHITACKER, Arthur Magon. O processo de aglomeração urbana: um estudo sobre Presidente Prudente e Álvares Machado no Estado de São Paulo, Brasil. **Scripta Nova (Barcelona)**, v. 9, n. 194, 2005.

REGIC. **Regiões de influência das cidades**: 2018. Rio de Janeiro: IBGE. 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101728.pdf>.

REOLON, Cleverson Alexsander; MIYAZAKI, Vitor Koiti. Urbanização, dispersão das cidades e aglomeração urbana: um olhar sobre as cidades médias. **Terr@ Plural**, v. 13, n. 3, p. 55-72, 2019.

SANTOS, Janio. Reestrutura urbana x reestruturação da cidade: o caso de salvador. In: **X Coloquio Internacional de Geocrítica**. Barcelona, 2008. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/-xcol/388.htm>. Acesso em: 07 de março de 2022.

SANTOS, Milton. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de S.; SCARLATO, F. C.; ARROYO, M. (org.) **O Novo Mapa do Mundo: Fim de Século e Globalização**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1993.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

SILVA, Laércio Yudi Watanabe; OLIVEIRA, Matheus Buttler de. Reestruturação capitalista, rede urbana, hierarquia urbana e a evolução do número de casos de Covid-19 na microrregião de Presidente Prudente-SP, Brasil. **Geografia em Atos (Online)**, [S.L.], v. 6, p. 1-25, 17 jan. 2022. <http://dx.doi.org/10.35416/geoatos.2022.8794>.

SILVA, William Ribeiro da. **Para além das cidades: centralidade e estruturação urbana: Londrina e Maringá**. 2006. 280 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/105082>.

SOJA, Edward Willian. **Postmodern geographies: The reassertion of space in critical social theory**. Londres e Nova Iorque: Verso. 1987.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O desafio metropolitano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2000.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular. 2007.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. **Investigaciones Geogeográficas**, Ciudad de México, n. 54, p. 114-139, agosto 2004. Disponible en http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-46112004000200008&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 19 de set. 2022.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: Pedro de Almeida Vasconcelos; Roberto Lobato Corrêa; Silvana Maria Pintaui. (org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. Ed. Contexto, São Paulo, 2013, v. 1, p. 61-93.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GÓES, Eda Maria. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. São Paulo: Ed. Unesp, 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SPOSITO, Eliseu Savério. Reestruturação econômica, reestruturação urbana e cidades médias. In: **Anais do RII - XII Seminário da Rede Iberoamericana de Pesquisadores sobre Globalização e Território**, 1-17. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

ULTRAMARI, Clovis; MOURA, Rosa. **Metrópole: Grande Curitiba: teoria e prática**. Curitiba: Ipardes, 1994.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A aplicação do conceito de segregação residencial ao contexto brasileiro na longa duração. **Revista Cidades**, v. 1, n. 2, p. 259-274, 2004.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. *In*: Pedro de Almeida Vasconcelos; Roberto Lobato Corrêa; Silvana Maria Pintaudi. (org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. Ed. Contexto, São Paulo, 2013, v. 1, p. 17-37.

WHITACKER, Arthur Magon. **A Produção do Espaço Urbano em Presidente Prudente**: uma discussão sobre a centralidade urbana. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 1997.

WHITACKER, Arthur Magon. **Expansão, Dispersão, Complexificação e Fragmentação. Formas e Processos Espaciais em Câmbio no Brasil Não-Metropolitano**. Projeto de Pesquisa – Bolsa de Produtividade em Pesquisa. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq, 2019.



Informações sobre a Licença

Este é um artigo de acesso aberto distribuído nos termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

License Information

This is an open access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which allows for unrestricted use, distribution and reproduction in any medium, as long as the original work is properly cited.